


## O CENSO DE 1872 E A PRESENÇA DE AFRICANOS LIVRES E CATIVOS NO ESPÍRITO SANTO

LARYSSA DA SILVA MACHADO \*   
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO - BRASIL

### RESUMO

Em 1872, o Império Brasileiro conseguia realizar seu primeiro recenseamento oficial. Após 1822, as províncias eram as responsáveis por levantar o número de habitantes, mas esses recenseamentos aconteciam para fins eleitorais, com muitas fraudes e falhas. Tentativas anteriores de se recensear a população brasileira fracassaram e, apenas em 1872, é que o governo imperial conseguiu conhecer sua população, dentre elas o número de cativos, crioulos e africanos, e o número de africanos livres. O censo se dividia nesses dois grupos: livres e cativos e os africanos, classificados como uma única nação, eram os únicos que apareciam nessa divisão social. O Espírito Santo concentrava poucos africanos livres e cativos, porém, proporcionalmente, a dependência cativa em relação aos estrangeiros só estava atrás da Província do Rio de Janeiro. Esse trabalho pretende conhecer os africanos que aparecem no Recenseamento Imperial de 1872 residentes na Província do Espírito Santo.

**Palavras-chave:** Recenseamento de 1872; africanos; escravidão; Espírito Santo.

### ABSTRACT

In 1872, the Brazilian Empire managed to carry out its first official census. After 1822, the provinces were responsible for surveying the number of inhabitants, but these censuses took place for electoral purposes, with many frauds and errors. Previous attempts to census the Brazilian population failed and it was only in 1872 that the imperial government managed to know its population, including the number of captives, Creoles and Africans, and the number of free Africans. The census was divided into two groups: free and captive, and Africans, classified as a single nation, were the only ones who appeared in this social division. Espírito Santo concentrated few free and captive Africans, however, proportionally, captive dependence on foreigners was only behind the Province of Rio de Janeiro. This work aims to get to know the Africans who appear in the 1872 Imperial Census residing in the Province of Espírito Santo.

**Keywords:** Census of 1872; africans; slavery; Espírito Santo.

### RESUMEN

En 1872, el Imperio brasileño logró realizar su primer censo oficial. A partir de 1822, las provincias eran las encargadas de censar el número de habitantes, pero estos censos se realizaban con fines electorales, con muchos fraudes y errores. Los intentos anteriores de censar la población brasileña fracasaron y recién en 1872 el gobierno imperial logró conocer su población, incluyendo el número de cautivos, criollos y africanos, y el número de africanos libres. El censo se dividió en dos grupos: libres y cautivos, y los africanos, clasificados como una sola nación, fueron los únicos que aparecieron en esta división social. Espírito Santo concentraba pocos africanos libres y cautivos, sin embargo, proporcionalmente, la dependencia de los cautivos de los extranjeros estaba sólo por detrás de la Provincia de Río de Janeiro. Este trabajo tiene como objetivo comprender a los africanos que aparecen en el Censo Imperial de 1872 residentes en la Provincia de Espírito Santo.

**Palabras clave:** Censo de 1872; africanos; esclavitud; Espírito Santo.

---

\* Doutoranda do Programa da Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo – (UFES). Professora da rede municipal de educação de Marataízes. Email: [assyrrall@gmail.com](mailto:assyrrall@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

O Espírito Santo, uma das primeiras capitanias brasileiras, fundada em 1535 por Vasco Fernandes Coutinho, conta com a presença de cativos, indígenas e africanos, desde os primeiros séculos de colonização. Ainda assim, o volume de pesquisas sobre o assunto é pequeno, diante da magnitude do assunto. Os trabalhos sobre escravidão no Espírito Santo se iniciaram na década de 1980 com a pesquisadora Vilma Almada<sup>1</sup>, que realizou estudos sobre as escravarias capixabas com enfoque nas fazendas de Cachoeiro de Itapemirim. Na década de 1990, o professor Cleber Maciel<sup>2</sup> realizou importantes pesquisas sobre a população negra capixaba. Seu livro “Negros no Espírito Santo”, ainda que não trabalhe com conjunto de fontes diversificadas sobre a população cativa, traz um panorama significativo para se entender a presença negra em solo espírito-santense. Outros trabalhos posteriores foram realizados pelas professoras Adriana Campos<sup>3</sup> e Patrícia Merlo<sup>4</sup>, que estudaram as escravarias de Vitória e identificaram alta taxa de crioulização entre os cativos da região Central capixaba.

Com a criação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, trabalhos sobre o assunto foram orientados pela professora Adriana Campos como os realizados por Geisa Ribeiro<sup>5</sup>, Rafaela Lago<sup>6</sup>, e por mim<sup>7</sup>. As pesquisadoras estudaram famílias cativas nas regiões de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim e um fator comum

<sup>1</sup> ALMADA, Vilma P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

<sup>2</sup> MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

<sup>3</sup> CAMPOS, A. P. *Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.; CAMPOS, A. P. e MERLO, P. M. S. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. *TOPOI*, v. 6, n. 11, 2005, p. 327-361.; CAMPOS, A. P. *Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815*. In: FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.

<sup>4</sup> MERLO, P. *O Nó e o Ninho*. Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Vitória: EDUFES, 2018.

<sup>5</sup> RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e Desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

<sup>6</sup> LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

<sup>7</sup> MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da Escravidão em Itapemirim: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.

identificado em suas dissertações foi a figura do africano escravizado e as menções ao tráfico nas escravarias de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim.

O tráfico de almas no Brasil ainda é um assunto pouco pesquisado. Manolo Florentino<sup>8</sup>, um dos principais nomes nos estudos sobre a escravidão brasileira, questiona a carência e pesquisas sobre o tema no país, visto que recebemos cerca de 40% dos africanos escravizados entre os séculos XVI e XIX. E, da mesma forma, o tráfico de almas no Espírito Santo também foi pouco explorado pela historiografia.

Leslie Bethel<sup>9</sup>, historiador inglês, relata que em 1833, após a primeira proibição do tráfico, este voltava a crescer nos portos brasileiros de forma alarmante, com desembarques ilegais em várias praias do litoral do Brasil, dentre elas o litoral de Vitória e Guarapari. Na região sudeste, os traficantes trocaram o Porto do Rio de Janeiro por portos menores. Também cita a delação de Alcoforado, traficante que se tornou informante da polícia imperial, onde o mesmo denuncia desembarques ilegais que incluem a província do Espírito Santo. O pesquisador Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira, em trabalhos sobre o tráfico de africanos nas regiões norte fluminense e sul capixaba revela que o assunto relacionado ao Espírito Santo preocupava o governo imperial “pelo teor, pelo trâmite e pelo volume das correspondências”.

10

Rafaela Lago também discute a participação da província capixaba no tráfico de almas após 1850. Por encontrar muitos africanos nas fazendas de Cachoeiro de Itapemirim, principal produtora de café capixaba no século XIX, a autora se debruçou sobre denúncias relacionadas a desobediência da Lei Eusébio de Queirós pelos fazendeiros capixabas.<sup>11</sup> Da mesma forma, em minha dissertação de mestrado relatei os trabalhos de Walter Pereira e Rafaela Lago para analisar a participação da Vila de Itapemirim no comércio ilegal de africanos após 1850. Itapemirim localizava-se no extremo-sul do litoral capixaba e foi o destino de inúmeras

<sup>8</sup> FLORENTINO, Manolo. Aspectos sociodemográficos da presença dos escravos Moçambique no Rio de Janeiro (1790-1850). In.: FRAGOSO, João, et al (org.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES, 2014, p.177.

<sup>9</sup> BETTHEL, Leslie. *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1976, p.83, p.293-294.

<sup>10</sup> PEREIRA, Walter Luiz C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: SC, 15-18 de maio de 2013, p.4. Disponível em <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>

<sup>11</sup> LAGO, 2013, p.46-50.

embarcações que trouxeram africanos clandestinamente para serem enviados as lavouras do norte fluminense, Zona da Mata mineira e sul espírito-santense.<sup>12</sup>

A migração forçada de cativos não se limitou ao tráfico internacional. O Brasil realizou intenso tráfico intraprovincial e interprovincial após 1850, também chamado de tráfico interno. Sabe-se que cativos das regiões Norte e Nordeste do país vieram para o Sul e Sudeste a fim de suprir as necessidades de mão de obra nas lavouras de café, principalmente. Porém, sabe-se pouco sobre a chegada desses trabalhadores aqui no Espírito Santo.<sup>13</sup>

Também é preciso destacar a região sul do Espírito Santo na participação dos tráficos internacional e interno de cativos. Desde Guarapari até o Rio Itabapoana, divisa das províncias capixaba e fluminense, as denúncias sobre embarcações que burlaram a lei e o recebimento de cativos nortistas e nordestinos são muitos. Destaque para o litoral da Vila do Itapemirim, município no extremo-sul capixaba, ligado ao cultivo de cana de açúcar e café no Oitocentos, principais produtos exportados pelo Espírito Santo.

Como se pode perceber, o Espírito Santo participou ativamente do tráfico de africanos, antes e após as leis de proibição. Ainda assim, o número exato de africanos que adentraram em solo capixaba é praticamente impossível de ser rastreado. Isso porque, além da ausência de fontes sobre a chegada desse grupo aos portos da província, os levantamentos populacionais nem sempre, traziam a descrição da origem dos cativos. Apenas em 1872 é que se pode conhecer com certa precisão, apesar dos obstáculos enfrentados pelo governo imperial, o número de cativos estrangeiros que residiam na província. Também foi possível conhecer o número de africanos livres.

Essas lacunas não são exclusividade da província capixaba. De forma geral, a colônia e o império careciam de levantamentos censitários unificados e organizados. Após 1822 o novo país sabia da necessidade de se conhecer sua população, não apenas por questões administrativas, mas porque os levantamentos populacionais estavam em pauta entre os países considerados “desenvolvidos”. Por motivos múltiplos, que serão apresentados nesse trabalho, apenas em 1872 houve condições favoráveis ao levantamento censitário. Este trabalho pretende

---

<sup>12</sup> MACHADO, 2019, p.86-95.

<sup>13</sup> Novamente, os trabalhos de Geisa Ribeiro, Rafaela Lago e Laryssa Machado discutem a migração de cativos nortistas e nordestinos, sem se aprofundar no tema.

analisar o Recenseamento de 1872, com enfoque no número de africanos, livres e cativos, residentes na província capixaba. Pela primeira vez era possível conhecer esse grupo populacional, sendo este um dos fatores importantes para se entender as questões relacionadas a exportação de cativos para a província no século XIX.

## OS AFRICANOS NO ESPÍRITO SANTO E O CENSO DE 1872

Após cinquenta anos da independência, o Brasil finalmente conseguia realizar seu primeiro recenseamento populacional. É considerado um trabalho de sucesso do império brasileiro, principalmente pelos desafios gigantescos, proporcionais ao tamanho do país continental enfrentados, sendo o principal levantamento populacional do Oitocentos, superior aos levantamentos de 1890 e 1900.<sup>14</sup> Após 1822 o objetivo dos censos brasileiros era puramente eleitoral, e “incluíam somente homens livres e adultos, com renda anual prevista em lei”.<sup>15</sup> Ronaldo Vainfas observa que essas listagens eleitorais eram parciais e tendenciosas, cheias de irregularidades, como a contagem de um homem mais de uma vez, nomes de mortos e de pessoas inexistentes.<sup>16</sup>

Na década de 1850 tentou-se realizar um censo que incluísse todos os cidadãos natos e naturalizados, cativos e estrangeiros do país. Antes disso, eram os governos provinciais os responsáveis por elaborar suas próprias estatísticas. A lei de 6 de setembro de 1850 disponibilizava recursos para que o projeto fosse executado. Os registros ocorreriam através do alistamento da população por “fogos”. As determinações foram publicadas em 18 de junho de 1851 e os resultados seriam publicados em 15 de julho de 1852. Mas a determinação de estabelecer direitos civis regulares de nascimentos e óbitos anuais fez com que parte da população se revoltasse, pois interpretaram como uma tentativa de “escravizar gente de cor”.

---

<sup>14</sup> CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. *História Unisinos*, vol. 22, núm. 3, 2018, Setembro-Outubro, p. 414-428. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil, p.415.

<sup>15</sup> VAINFAS, Ronaldo. Censo de 1872. In.: VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.131.

<sup>16</sup> VAINFAS, 2002, p.131.

As províncias da Paraíba, Ceará, Sergipe e Pernambuco apelidaram a tentativa do censo como “lei do cativo”, e o decreto acabou sendo suspenso em 29 de janeiro de 1852.<sup>17</sup>

Tarcisio Botelho relaciona a elaboração e execução dos censos com a construção do Brasil Imperial. Para o autor, “o censo de 1852 fracassou porque ainda não havia condições mínimas de reconhecimento, por parte da população brasileira, de que ela realmente se integrava a essa comunidade ampliada”<sup>18</sup>, ou seja, a população brasileira ainda não se reconhecia como parte de uma nação. Apenas na década de 1870 o império brasileiro conseguiu realizar um levantamento estatístico padronizado, que incorporava toda (ou o que se acreditava ser o “todo”) a população residente no Brasil naquele período. “O Censo de 1872 foi a única contagem geral de população do Brasil monárquico e o primeiro *censo* propriamente dito do país”.<sup>19</sup>

Em 9 de setembro de 1870 era aprovada a Lei nº 1.829, que determinava a realização da contagem da população do Império a cada dez anos, e em 14 de janeiro de 1871 era criada a Diretoria Geral de Estatística (DGE). A lei foi regulamentada em 30 de dezembro de 1871, com o decreto nº 4.856 e previa o dia 1º de agosto de 1872 como referência.<sup>20</sup> Deveriam ser realizados boletins ou listas de famílias, com declaração de nome, sexo, idade, cor, estado civil, naturalidade, nacionalidade, residência, grau de instrução primária, religião e enfermidades aparentes. Também deveria ser declarado o parentesco ou relação de convivência com o chefe da família.<sup>21</sup>

Ironicamente, seria a primeira vez que se conhecia, de fato, o número de cativos (crioulos e africanos), de crioulos (pretos e pardos) e africanos livres residentes no Brasil. É irônico porque é sabido de todos que desde o século XVI africanos desembarcam em solo brasileiro e eram parte fundamental na composição dessa população, “afinal, a presença africana não se reduz a indivíduos nascidos na África, mas a todo um “pacote” de cultura e atributos morais que o século XIX viu ser elaborado e que se aplicavam também a seus

<sup>17</sup> VAINFAS, 2002, p.131-132.

<sup>18</sup> BOTELHO, Tarcisio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. In.: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, 2005, v. 17, n. 1, p.330.

<sup>19</sup> VAINFAS, 2002, p. 132.

<sup>20</sup> VAINFAS, 2002, p. 132.

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Jane Souto. “Brasil mostra a tua cara”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003, p.11.

descendentes”.<sup>22</sup> Além disso, era a primeira vez que “o conjunto da população era apreendido oficialmente em termos raciais, base para o estabelecimento de novas diferenças entre os grupos sociais”.<sup>23</sup>

Alexandre Camargo<sup>24</sup> observa que os dois principais critérios considerados no levantamento foram a “classificação racial” e a “condição”, ambas relacionadas aos cativos e livres de cor. Na classificação racial a população foi dividida o entre ‘pretos’, ‘pardos’, ‘brancos’ e ‘caboclos’, alusão aos indígenas, que não foram todos contabilizados. Pretos e pardos eram as “raças” designadas aos cativos, mas enquadrava os nascidos livres e os libertos. Esses dois últimos grupos excediam o número de escravizados, visto que o sistema escravista passava por um processo de enfraquecimento ocasionados pelo fim definitivo do tráfico de africanos em 1850 e pela Lei do Ventre Livre, promulgada no ano anterior ao censo (1871), que prometia abolição gradual da escravidão.

Era possível conhecer a população brasileira através da sua cor e realçava as marcas do cativo dessa população. Segundo Hebe Matos<sup>25</sup> a noção de “cor”, herdada do período colonial, não designava pigmentação da pele, ou mestiçagem, mas definia lugares sociais, onde a etnia e a condição social estavam indissociavelmente ligadas. A ausência da cor era um significado de cidadania na sociedade imperial. O crescimento do número de livres de cor entre a população brasileira do século XVIII e inícios do XIX fez com que categorias de cores surgissem, uma reordenação entre as classificações de raça.<sup>26</sup> “A cor remete a um lugar social e que a variação de cor era corriqueira, cabe precisar o entendimento sobre mobilidade social expressa na cor [...] implica atentar para suas várias formas de mobilidade social, já que a cor podia ser uma qualidade”.<sup>27</sup>

<sup>22</sup> BISSIGO, Diego Nones. O Lugar dos Africanos na Estatística Brasileira do Século XIX. In.: *Afro-Ásia*, Salvador, n.56, 2017, p.41-81, p.46.

<sup>23</sup> CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. In.: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 4, n. 3, p. 361-385, set.- dez. 2009, p.366.

<sup>24</sup> CAMARGO, 2009, p.366.

<sup>25</sup> MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.98-99.

<sup>26</sup> GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 - c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008, p.95.

<sup>27</sup> GUEDES, 2008, p.97.



Os termos ‘negro’ e ‘preto’ eram usados para designar cativos e forros, sendo as vezes sinônimo para africanos, enquanto o termo ‘pardo’ tinha mais de um sentido: tanto sinalizava os cativos de pele mais clara, mas ampliou seu significado para englobar a população livre de origem africana, que não era necessariamente mestiça, mas estava desassociada, já por algumas gerações, do cativo. Consolidou-se assim “a categoria ‘pardo livre’, como condição linguística para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava”.<sup>28</sup> Ao destacar a população como ‘pretos’, ‘pardos’, ‘brancos’ e ‘caboclos’, o Censo de 1872 evidenciava a formação de uma nova hierarquia social.<sup>29</sup>

Mas esse não foi o principal critério para organização e análises dos resultados censitários. Alexandre Camargo destaca que a condição ‘escravos’, ‘livres’ e ‘libertos’ ocupou esse papel. As agregações sobre a ‘raça’ estavam subordinadas as informações sobre a ‘condição’, que para ele é a chave da leitura desse documento censitário. Ao separar um espaço para a população livre e em seguida para a população cativa revela a diferenciação essencial dessa sociedade, “de modo a segregar visualmente as descrições estatísticas daqueles grupos em tabelas separadas, dispostas em páginas separadas”.<sup>30</sup> Mara Loveman<sup>31</sup> conclui algo semelhante ao reconhecer que a prioridade cognitiva e pragmática das interpretações do censo de 1872 estão baseadas na ‘condição’ e na ‘raça’ dos indivíduos contabilizados.

Os resultados obtidos em 1872 revelam que, somava-se no Brasil 9.930.478 habitantes, distribuídos em 20 províncias e na Corte, com 641 municípios e 1.473 paróquias. Houve diminuição progressiva no número de cativos, que representavam 15,2% dos habitantes, enquanto 84,8% eram livres. Em relação a cor, os ‘brancos’ representavam 38%. Entre os livres, as pessoas brancas eram 45%, as pardas 39%, as pretas 11% e as caboclas 5%. Os estrangeiros, dentre eles os africanos, eram 3,8% da população. Os demais foram considerados brasileiros natos ou naturalizados.<sup>32</sup>

<sup>28</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p.17.

<sup>29</sup> CAMARGO, 2009, p.367.

<sup>30</sup> CAMARGO, 2009, p.367.

<sup>31</sup> LOVEMAN, Mara. The race to progress: census taking and nation making in Brazil (1870-1920). *Hispanic american historical review*, v. 89, n. 3, p. 435-470, agosto 2009, p.442.

<sup>32</sup> VAINFAS, 2002, p. 132-133.



Encontrar esses africanos no documento não era tão simples quanto parece. “Para localizar, [...] um africano que estivesse vivendo no Império do Brasil precisaríamos, primeiro, escolher qual a tabela — a dos livres ou a dos escravos — e, depois, encontrá-lo como “estrangeiro” no quadro de “nacionalidade”.<sup>33</sup> Eram 138.560 africanos escravizados (73,5% dos africanos e 9,2% dos cativos) e 49.982 africanos livres (26,5%). Os africanos correspondiam ao segundo maior grupo de estrangeiros, atrás apenas dos portugueses. Diego Bissigo questiona as formas de localização desses indivíduos no documento e a simplificação como são abordados.<sup>34</sup>

Para o censo de 1872, portanto, africanos são uma nação – e uma só nação. E, mais especial ainda, a única nação que precisa de uma subdivisão de condição social entre livres e escravos. Obviamente, a nação “africana” do censo não era um reconhecimento diplomático da existência de um Estado africano, mas uma adaptação metodológica empregada para suprir a coluna “local de origem” e situar, confortavelmente, os indivíduos nascidos naquele continente, mas residentes no Brasil à época do censo. Se parece incoerente a África se tornar, “para fins estatísticos”, um país, não é menos incoerente ela ser transformada *em um só* país, ignorando-se ou desprezando-se quaisquer diferenciações internas daquele continente ou qualquer Estado mais ou menos consolidado ou reconhecido internacionalmente. Ademais, ao afirmar a existência de uma África, ainda que estatística e indiferenciada, assim como de uma Alemanha ou de uma Bélgica, criava-se o efeito de alteridade necessário para se reafirmar, em contrapartida, uma nacionalidade brasileira, estabelecendo suas fronteiras. O africano não está dentro delas.<sup>35</sup>

A tabela 1 apresentará o número de africanos presentes no Brasil em 1872, tanto os livres quanto os cativos. Essa análise servirá de ponto de partida para se conhecer os africanos existentes no Espírito Santo nesse mesmo ano.

**TABELA 1: Africanos Livres e Cativos Presentes no Censo de 1872 nas Províncias Brasileiras**

Províncias	População livre				População Cativa		Total Afric.	Total Geral
	Brasileiros	Africanos	Estrangeiros	Total	Cativos Africanos	Total de cativos		
<b>ALAGOAS</b>	310.927	550	791	312.268	2.377	35.741	2.927	348.009
<b>AMAZONAS</b>	54.445	75	2.111	56.631	13	979	88	57.610
<b>BAHIA*</b>	1.199.676	6.624	5.492	1.211.792	10.281	167.824	16.905	1.379.616
<b>CEARÁ</b>	688.280	134	1.359	689.773	99	31.913	233	721.686

<sup>33</sup> BISSIGO, 2017, p.72.

<sup>34</sup> BISSIGO, 2017, p.72.

<sup>35</sup> BISSIGO, 2017, p.74.

<b>ESPÍRITO SANTO*</b>	57.549	231	1.698	59.478	2.312	22.659	2.543	82.137
<b>GOIÁS</b>	149.516	141	86	149.743	140	10.652	281	160.395
<b>MARANHÃO</b>	280.604	1.008	2.489	284.101	1.741	74.939	2.749	359.040
<b>MINAS GERAIS</b>	1.650.867	2.297	16.112	1.669.276	28.148	370.459	30.445	2.039.735
<b>MATO GROSSO</b>	52.441	295	1.014	53.750	360	6.667	655	60.417
<b>PARA</b>	241.802	704	5.273	247.779	552	27.458	1.256	275.237
<b>PARAÍBA</b>	354.042	188	470	354.700	185	21.526	373	376.226
<b>PARANÁ</b>	113.273	235	2.654	116.162	738	10.560	973	126.722
<b>PERNAMBUCO</b>	742.151	2.330	10.360	752.511	3.084	89.028	5.414	841.539
<b>PIAUI</b>	178.023	197	207	178.427	242	23.795	439	202.222
<b>RIO DE JANEIRO</b>	451.703	15.312	23.072	490.087	56.262	292.637	71.574	782.724
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	220.383	318	258	220.959	421	13.020	739	233.979
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	330.564	9.384	27.074	367.022	5.104	67.791	14.488	434.813
<b>SANTA CATARINA</b>	129.972	475	14.371	144.818	1.128	14.984	1.603	159.802
<b>SERGIPE</b>	153.075	170	375	153.620	1.395	22.623	1.565	176.243
<b>SÃO PAULO</b>	664.175	2.222	14.345	680.742	13.055	156.612	15.227	837.354
<b>MUNICÍPIO NEUTRO</b>	152.727	7.092	66.214	226.033	10.973	48.989	18.065	274.972
<b>RJ + CORTE**</b>	604.430	22.404	89.286	716.120	67.235	341.626	89.642	1.057.696
<b>BRASIL*</b>	8.176.191	49.982	198.901	8.419.672	138.610	1.510.806	188.592	9.930.478

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

\* Dados que apresentam algum erro entre os valores totais apresentados na tabela e a somatória dos mesmos. Província da Bahia - africanos livres no censo: 6.621; soma dos valores apresentados na tabela: 6.624. Província do Espírito Santo - africanos cativos no censo: 2.262; soma dos valores por freguesias: 2.312. Brasil – africanos cativos no censo: 138.560; soma dos valores das províncias + município neutro: 138.610; africanos livres – valores do censo: 44.580, soma dos valores das províncias + município neutro: 49.982; total de africanos no censo: 183.140, soma dos valores das províncias + município neutro: 188.592.

\*\* Valores referente a Província do Rio de Janeiro + Município Neutro não entraram na soma total.

A tabela anterior apresenta números absolutos que serão analisados a priori, numa primeira tentativa de entender os aspectos demográficos do Brasil em 1872 e encaixar o Espírito Santo nessa análise. A tabela demonstra que as províncias mais populosas do país nesse ano eram: Minas Gerais (2.039.735), Bahia (1.379.616), Rio de Janeiro, quando somada a população da Corte, representada no Censo como Município Neutro (1.057.696), além de Pernambuco (841.539) e São Paulo (837.354). O Espírito Santo aparece como uma das três províncias menos habitadas, com 82.137 habitantes, seguida por Mato Grosso e Amazonas.

Quanto ao número total de cativos, somados africanos e crioulos, novamente Minas Gerais desponta como a mais populosa (370.459), seguida do Rio de Janeiro e Corte (341.626), Bahia (167.824), São Paulo (156.612) e Pernambuco (89.028). Ronaldo Vainfas comenta que “os resultados do censo demonstraram ser a província de Minas Gerais a que mais agregava população cativa, detendo quase 25% do total, seguida do Rio de Janeiro, com 19%, e da Bahia

com 1%”.<sup>36</sup> Nesse quesito, a província capixaba ocupa a décima segunda posição, com 22.659 cativos no total. “A de menor contingente escravo foi a do Amazonas, cuja população representava 0,1% dos cativos existentes no Império”.<sup>37</sup>

Em relação ao número total de africanos, livres e cativos, o Rio de Janeiro + Corte englobavam 89.642 indivíduos, seguido de Minas Gerais (30.445), Bahia (16.905), São Paulo (15.227) e Rio Grande do Sul (14.488). O Espírito Santo apresenta a nona maior população de africanos com 2.543 sujeitos. Essa mesma ordem aparece entre as províncias com maior número de africanos escravizados,<sup>38</sup> exceto pelo Espírito Santo, que ocupa a oitava posição com 2.312 africanos cativos. Por fim, foram observados os africanos livres dentro de cada província. Rio de Janeiro + Corte (22.404), Rio Grande do Sul (9.384), Bahia (6.624), Pernambuco (2.330) e Minas Gerais (2.297) são as províncias com mais africanos livres entre sua população. O Espírito Santo ocupa a décima quarta posição, com 231 pessoas africanas entre a população livre, novamente entre as províncias com índices mais baixos.

Essa primeira análise com números absolutos, confirma que a província capixaba não estava entre as mais populosas, ou com número significativo de africanos livres, ao contrário, era uma das três menos populosas e com pequena quantidade de africanos livres. Mas em relação aos cativos, seja o somatório de crioulos e africanos, seja apenas quando se tratava desse último grupo, seus números são mais elevados diante de outras províncias onde figura entre as 10 maiores. Um panorama mais preciso será obtido com análises percentuais dos dados, conforme será apresentado na tabela 2.

---

<sup>36</sup> VAINFAS, 2002, p. 133.

<sup>37</sup> VAINFAS, 2002, p. 133.

<sup>38</sup> Africanos escravizados em ordem: Rio de Janeiro + Corte (67.235), Minas Gerais (28.148), Bahia (10.281), São Paulo (13.055) e Rio Grande do Sul (5.104).

TABELA 2: Percentual de Africanos Livres e Cativos no Censo de 1872 nas Províncias Brasileiras

Províncias	População livre			População Cativa		(% Total Afric.	Total Geral
	Africanos	(%) Estrangeiros	(%) Total	Africanos	(%) Total		
ALAGOAS	550	69,5%	0,17%	2.377	6,65%	0,84%	348.009
AMAZONAS	75	3,55%	0,13%	13	1,33%	0,15%	57.610
BAHIA	6.624	120,5%	0,54%	10.281	6,12%	1,22%	1.379.616
CEARÁ	134	9,8%	0,02%	99	0,31%	0,03%	721.686
ESPÍRITO SANTO	231	13,6%	0,38%	2.312	10,2%	3%	82.137
GOIÁS	141	163%	0,1%	140	1,31%	0,17%	160.395
MARANHÃO	1.008	40,5%	0,35%	1.741	2,32%	0,76%	359.040
MINAS GERAIS	2.297	14,3%	1,4%	28.148	7,6%	1,5%	2.039.735
MATO GROSSO	295	29,1%	0,54%	360	5,4%	1,1%	60.417
PARA	704	13,4%	0,28%	552	2%	0,45%	275.237
PARAÍBA	188	40%	0,05%	185	0,85%	0,1%	376.226
PARANÁ	235	8,85%	0,2%	738	7%	0,77%	126.722
PERNAMBUCO	2.330	22,5%	0,3%	3.084	3,46%	0,64%	841.539
PIAUI	197	95,2%	0,11%	242	1,01%	0,22%	202.222
RIO DE JANEIRO	15.312	66,4%	3,12%	56.262	19,2%	9,15%	782.724
RIO GRANDE DO NORTE	318	123,2%	0,14%	421	3,23%	0,31%	233.979
RIO GRANDE DO SUL	9.384	34,6%	2,55%	5.104	7,5%	3,33%	434.813
SANTA CATARINA	475	3,3%	0,33%	1.128	7,53%	1%	159.802
SERGIPE	170	45,3%	0,11%	1.395	6,16%	0,89%	176.243
SÃO PAULO	2.222	15,5%	0,33%	13.055	8,33%	1,82%	837.354
MUNICÍPIO NEUTRO	7.092	10,7%	3,14%	10.973	22,4%	6,57%	274.972
RIO DE JANEIRO + CORTE*	22.404	25,1%	3,13%	67.235	19,7%	8,5%	1.057.696
BRASIL	44.580	22,5%	0,53%	138.560	9,17%	1,85%	9.930.478

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

\* Valores referente a Província do Rio de Janeiro + Município Neutro não entraram na soma total. A tabela também apresenta os valores para a Província do Rio de Janeiro em linha separada.

Quando os dados relacionados aos africanos “brasileiros” são analisados em valores percentuais, percebe-se uma importante mudança no quadro. Em províncias como Goiás (163%), Rio Grande do Norte (123,2%) e Bahia (120,5%) o número de africanos livres corresponde a maioria da população de estrangeiros. O Espírito Santo apresenta porcentagem tímida, com 13,6% de africanos entre seus estrangeiros. É importante destacar que, o Espírito Santo participou ativamente do processo de imigração europeia incentivada pelo império durante o século XIX, uma vez que “a pressão internacional pelo fim da escravização impulsionou a tentativa da construção de uma nova imagem nacional com todo o conteúdo

eurocêntrico e racista que a categoria civilizada contém”.<sup>39</sup> O processo imigratório de europeus se iniciou em 1812/13, com a chegada dos açorianos. Ao longo do Oitocentos, italianos, alemães, espanhóis, portugueses, poloneses, dentre outros países, migraram para as terras capixabas,<sup>40</sup> o que explica o percentual baixo (bem como o número absoluto) de africanos entre os estrangeiros. Quanto ao percentual de africanos entre a população livre das províncias, todas apresentam número baixíssimo, próximo aos 3% (Rio de Janeiro + Corte – 3,13%, Rio Grande do Sul – 2,55%, Minas Gerais – 1,4%, Espírito Santo – 0,38%).

Já em relação ao percentual de cativos africanos entre os escravizados de cada província, o Espírito Santo aparece atrás apenas da Corte e da província fluminense. Os cativos africanos da cidade do Rio de Janeiro representavam 22,4%, enquanto os da província fluminense eram 19,2%. O somatório das duas regiões dava um percentual de 19,7%. Logo em seguida aparece a província do Espírito Santo, com 10,2% dos seus cativos sendo de origem africana. Esses percentuais são interessantes, uma vez que havia décadas que o império acabava com o tráfico de africanos através da lei de 04 de setembro de 1850, popularmente conhecida como Eusébio de Queirós.<sup>41</sup>

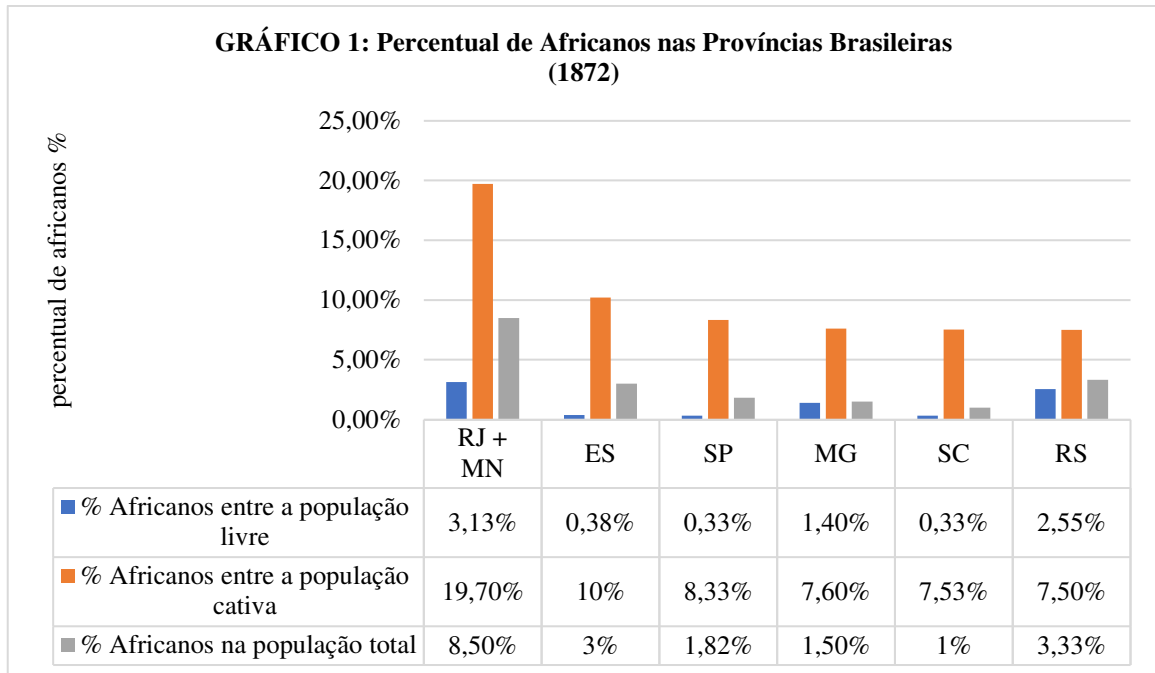
Os dados iniciais apresentados na tabela 2 demonstram que, apesar do Espírito Santo ter população livre e cativa bem reduzida em relação as demais províncias, principalmente entre suas vizinhas, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo essas duas últimas também produtoras de café, assim como a província espírito-santense, a mão de obra utilizada nas lavouras contava com número expressivo de africanos. No gráfico 1 é possível observar a participação da mão de obra africana cativa em 1872 nas províncias brasileiras que apresentam os maiores percentuais.

---

<sup>39</sup> DADALTO, Maria Cristina; DOTA, Ednelson Mariano. Ciclos econômicos e migração no Espírito Santo do século XIX ao XXI: novos contextos, velhos condicionantes. *Revista Ágora, [S. l.]*, v. 34, n. 3, p. 1-26, 2023. DOI: 10.47456/e-2023340304. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/40175>. Acesso em: 8 mar. 2024, p.9.

<sup>40</sup> DADALTO, DOTA, 2023, p.10.

<sup>41</sup> Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850.



Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

A porcentagem de africanos entre a população cativa do Rio de Janeiro presente no Censo de 1872 não é surpresa. Estudos como os realizados por Manolo Florentino<sup>42</sup> e Mary Karasch<sup>43</sup> demonstram a importância do Porto do Rio de Janeiro para a chegada de africanos, principalmente após 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa a cidade. Florentino destaca o fluxo de africanos para o porto carioca no início do século XIX e como esse volume impactou a África no período.<sup>44</sup> Partes desses cativos foram enviados ao norte fluminense para servirem de mão de obra na produção açucareira.<sup>45</sup> Karasch, por sua vez, observa que o Rio era a principal cidade de distribuição de africanos no Oitocentos para outras regiões do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e São Paulo, destinados principalmente ao trabalho nas lavouras de café. O Rio de Janeiro era a cidade que mais abrigava cativos em meados do Dezenove, muitos destinados ao serviço de lavouras e outros tantos aos trabalhos urbanos e domésticos.<sup>46</sup>

<sup>42</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>43</sup> KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>44</sup> FLORENTINO, 1997, p.11.

<sup>45</sup> FLORENTINO, 1997, p.30.

<sup>46</sup> KARASCH, 2000, p.27-28.

Surpreende saber que o Espírito Santo era a segunda província em porcentagem de africanos em 1872, com 10% de sua escravaria sendo composta por esse grupo.<sup>47</sup>

## O CENSO DE 1872 NAS VILAS E FREGUESIAS DO ESPÍRITO SANTO

Outro dado que pode ser analisado através do recenseamento é a quantidade de africanos encontrada em cada município e freguesia da província. Isso porque, o levantamento foi feito em todas as paróquias do império. Foram formadas comissões, compostas por cinco cidadãos residentes na paróquia e conhecedores dos limites e habitantes dela. Além desses, escriturários (máximo três) seriam escolhidos pelo presidente da província para auxiliarem na execução.<sup>48</sup> A adoção da área geográfica paroquial foi pensada no sentido de que eram os párocos era uma das autoridades responsáveis, tanto pelos registros paroquiais (batismo, casamento e óbito), quanto pelas contagens eleitorais realizadas pelo império periodicamente, e assim, não levantariam suspeitas diante da população.<sup>49</sup>

O recenseamento foi realizado por meio de listas ou boletins de famílias, que seriam distribuídas pelos agentes recenseadores. Estes estavam subordinados as comissões censitárias, que organizavam os trabalhos, sendo responsáveis por realizar a divisão dos territórios paroquiais, distribuir e recolher as listas e cadernetas preenchidas, corrigir falhas ou preencher lacunas, e “remeter ao diretor geral do censo todas as listas de famílias, boletins especiais, mapas e quadros. Este material seria acompanhado de um relatório circunstanciado das

<sup>47</sup> A presença de africanos no Espírito Santo, ao longo do Dezenove, se deu por conta das atividades econômicas desenvolvidas na província. Até os anos iniciais do século XIX a principal atividade era a produção de alimento, utilizado no abastecimento interno e exportado para as províncias do Rio de Janeiro e Bahia, principalmente. A Vila de São Mateus, localizada no norte da província, se destacava com a produção de farinha de mandioca. A partir das primeiras décadas do Oitocentos, a produção de açúcar, realizada nas terras da Vila de Itapemirim, região sul, passam a liderar a economia. Por volta de meados do século XIX o café, também produzido na região sul, mas no município de Cachoeiro de Itapemirim, se torna a principal atividade econômica, responsável por modificar a economia de toda a província.

<sup>48</sup> IBGE. Legislação básica dos recenseamentos de 1872 e 1890. Documentos Censitários, série A – Número 1. Rio de Janeiro, IBGE, 1951, p.5.

<sup>49</sup> BOTELHO, 2005, p.331.



atividades desenvolvidas”.<sup>50</sup> Também haveria premiações aos agentes censitários e particulares que se destacassem, sendo feitos “dignos de louvor” e de “recompensas honoríficas”.<sup>51</sup>

A Lei 1.829 previa que em 1º de agosto de 1872 seria o dia de referência para a realização do recenseamento. Vainfas<sup>52</sup> observa que, na data prevista, as províncias realizaram seus levantamentos, exceto Mato Grosso (realizou em 1º de outubro), Goiás e Minas Gerais (fizeram em 1873) e São Paulo (realizou em 1874). O Espírito Santo, apesar de ter entregado o levantamento no prazo estipulado pelo Império, passou por percalços em sua execução. Em Relatório apresentado a Assembleia Legislativa em 2 de outubro de 1872, o presidente da província Drº Antonio Gabriel de Paula Fonseca relatou como estava o andamento do recenseamento capixaba.

No dia 1º de Agosto último teve lugar nesta Província o recenseamento, de conformidade com o Decreto n. 4,856 de 30 de Dezembro do anno passado. Grande parte das commissões censitárias ainda não enviou as listas de família, cadernetas e mais papeis relativos ao processo de recenseamento da população. Existe já na Secretaria os trabalhos das commissões das freguezias de Cariacica, Veado, Alegre, Guarapary, Itaúnas, S. Matheus, e Espírito Santo. Aguardo a remessa dos trabalhos das commissões de todas as parochias da Província para cumprir o art. 13 do respectivo regulamento.<sup>53</sup>

Para se compreender melhor a distribuição dos africanos em 1872 pela província capixaba, serão analisados os dados por município e por freguesia. Na tabela 3 os africanos aparecem por município e por região enquanto na tabela 4 os dados se referem as freguesias capixabas. Estas análises são importantes para se saber onde esse grupo de pessoas, livres e cativas, se concentravam dentro da província.

<sup>50</sup> CAMARGO, 2018, p.418.

<sup>51</sup> CAMARGO, 2018, p.418.

<sup>52</sup> VAINFAS, 2002, p.132.

<sup>53</sup> Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da província do Espírito Santo, pelo presidente da província o Exm. Sr. Dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca, no dia 2 de outubro de 1872, p. 20.

TABELA 3: Africanos Livres e Cativos Presentes no Censo de 1872 nos Municípios Capixabas

	Municípios	População livre			População Cativa			Total de Africanos	%	Total Geral
		Africanos	%	Total	Africanos	%	Total			
Centro	Vitória	19	0,16	11.730	60	2,04	2.940	79	0,53	14.670
	Viana	00	00	3.425	00	00	1.224	00	00	4.649
	Espírito Santo	00	00	1.244	00	00	511	00	00	1.755
	Serra	12	0,22	5.435	18	0,8	2.244	30	0,4	7.679
	Nova Almeida	00	00	1.736	00	00	460	00	00	2.196
	<b>Total da População</b>	31	0,13	23.570	78	1,05	7.379	109	0,35	30.949
Norte	Santa Cruz	00	00	4.024	00	00	466	00	00	4.490
	Linhares	00	00	1.691	00	00	172	00	00	1.863
	Barra de São Matheus	00	00	2.026	221	31,3	705	221	8	2.731
	S. Matheus	48	1,44	3.331	69	3,27	2.108	117	2,1	5.439
	<b>Total da População</b>	48	0,43	11.072	290	8,4	3.451	338	2,3	14.523
Sul	Guarapary	04	0,14	2.771	00	00	417	04	0,12	3.188
	Benevente	40	0,94	4.243	78	7,37	1.057	118	2,22	5.300
	Cachoeiro de Itapemirim	67	0,65	10.264	1.355	18,1	7.482	1.422	7,68	18.496
	Itapemirim	41	0,6	6.808	511	17,8	2.873	552	5,7	9.681
		<b>Total da População</b>	152	0,61	24.836	1.944	16,4	11.829	2.096	5,7
	<b>Espírito Santo*</b>	231	0,39	59.478	2.312	10,2	22.659	2.543	3	82.137

Fonte: Recenseamento Imperial de 1872.

\*Dados que apresentam algum erro entre os valores totais apresentados na tabela e a somatória dos mesmos. Província do Espírito Santo - africanos cativos no censo: 2.262; soma dos valores por freguesias: 2.312. Total de africanos após somatório das freguesias: 2.543.

TABELA 4: Africanos Livres e Cativos Presentes no Censo de 1872 nas Freguesias Capixabas

	Freguesias	População livre			População Cativa			Total de Africanos	%	Total Geral
		Africanos	%	Total	Africanos	%	Total			
Centro	Vitória	12	0,35	3.360	36	3,6	1.001	48	1,1	4.361
	Queimado	09	0,34	2.605	18	2,3	780	27	0,8	3.385
	Cariacica	04	0,09	4.144	14	1,2	1.174	18	0,33	5.318
	Carapina	00	00	906	05	2,0	251	05	0,43	1.157
	Santa Leopoldina	00	00	1.455	05	1,0	481	05	0,25	1.936
	Viana	00	00	3.425	00	00	1.224	00	00	4.649
	Santa Izabel	03	0,16	1.865	00	00	33	03	0,15	1.898
	Espírito Santo	00	00	1.244	00	00	511	00	00	1.755
	Serra	03	0,10	2.830	00	00	1.464	03	0,06	4.294
	<b>Total da População</b>	31	0,13	23.570	78	1,05	7.379	109	0,35	30.949
N	Santa Cruz	00	00	3.087	00	00	400	00	00	3487

	Riacho	00	00	937	00	00	66	00	00	1.003
	Linhares	00	00	1.691	00	00	172	00	00	1.863
	Barra de São Matheus	00	00	2.026	221	31,3	705	221	8	2.731
	Itaúnas	03	0,43	691	30	32,9	91	33	4,2	782
	São Matheus	45	1,7	2.640	39	1,9	2.017	84	1,8	4.657
	<b>Total da População</b>	<b>48</b>	<b>0,43</b>	<b>11.072</b>	<b>290</b>	<b>8,4</b>	<b>3.451</b>	<b>338</b>	<b>2,3</b>	<b>14.523</b>
Sul	Guarapari	04	0,14	2.771	00	00	417	04	0,12	3.188
	Benevente	40	0,94	4.243	78	7,37	1.057	118	2,2	5.300
	Cachoeiro de Itapemirim	13	0,66	1.946	409	21	1.947	422	10,8	3.893
	Rio Pardo	11	0,52	2.078	107	25	428	118	4,7	2.506
	Alegre	10	0,6	1.679	280	25,2	1.110	290	10,4	2.789
	Veado	07	0,75	937	154	22	703	161	9,8	1.640
	São Pedro do Itabapoana	19	0,59	3.227	239	9,7	2.464	258	4,5	5.691
	Aldeamento Afonsino	07	0,6	1.147	166	20	830	173	8,7	1.977
	Itapemirim	41	0,6	6.808	511	17,8	2.873	552	5,7	9.681
	<b>Total da População</b>	<b>152</b>	<b>0,61</b>	<b>24.836</b>	<b>1.944</b>	<b>16,4</b>	<b>11.829</b>	<b>2.096</b>	<b>5,7</b>	<b>36.665</b>
<b>Espírito Santo</b>	<b>231</b>	<b>0,39</b>	<b>59.478</b>	<b>2.312</b>	<b>10,2</b>	<b>22.659</b>	<b>2.543</b>	<b>3</b>	<b>82.137</b>	

Fonte: Recenseamento Imperial de 1872.

\*Dados que apresentam algum erro entre os valores totais apresentados na tabela e a somatória dos mesmos. Província do Espírito Santo - africanos cativos no censo: 2.262; soma dos valores por freguesias: 2.312. Total de africanos após somatório das freguesias: 2.543.

Dentre os municípios, Cachoeiro de Itapemirim aparece como o que concentra maior quantidade de africanos (1.422), livres e cativos, seguido por Itapemirim (552) e Barra de São Matheus (221). Mas quando os dados são observados por freguesias a ordem se inverte: Itapemirim desponta com maior número de africanos (552) entre sua população, seguido de Cachoeiro de Itapemirim (422) e Alegre (290), freguesia que fazia parte deste município. Ambas as freguesias se localizavam na região sul capixaba.

Itapemirim é fundado em 1815<sup>54</sup> e compreendia toda a região extremo-sul, com economia destinada, principalmente, a produção e exportação de açúcar. Já Cachoeiro, que se emancipa de Itapemirim em 1864<sup>55</sup> tinha um território que compreendia as freguesias de Rio Pardo, Alegre, Veado, São Pedro do Itabapoana e Aldeamento Afonsino, com economia destinada ao cultivo de café. Com a separação dos municípios, Itapemirim passou a se localizar na faixa litorânea, enquanto Cachoeiro estava no interior. O porto permanecia em território itapemirino e assim, as atividades econômicas das vilas se entrelaçavam.

<sup>54</sup> BRASIL, Alvará, erige em vila o lugar de Itapemirim da comarca e capitania do Espírito Santo, 1815.

<sup>55</sup> O Decreto Provincial nº 11, de 16/07/1856 cria a freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, que estava subordinada a Itapemirim até que foi elevada à categoria de Vila, pelo Decreto Provincial nº 11, de 23/11/1864.

Apesar da província do Espírito Santo ser pequena e pouco habitada, havia fortes diferenças entre as regiões Central, Norte e Sul. Nos primeiros séculos de colonização apenas o Centro da Província – região da capital Vitória – recebeu colonização maciça. No século XVIII que as investidas colonizadoras alcançam as demais regiões. Isso afetou o volume populacional de livres e cativos, e os aspectos econômicos. Nas primeiras décadas do Oitocentos capixaba, as principais atividades econômicas eram a agricultura, pecuária, comércio, indústrias, construção naval, artes e ofícios.<sup>56</sup> A agricultura empregava a maior parte dos habitantes da província, que se dedicavam ao cultivo de cana de açúcar, mandioca, algodão, milho, café, feijão e arroz.<sup>57</sup> Quanto a criação de animais, o gado de diferentes espécies predominava, sendo o Gado Vacum o de maior destaque.<sup>58</sup> Fábricas de açúcar e aguardente, olarias e outras produções manufatureiras se viam em pleno desenvolvimento.<sup>59</sup> O comércio era outra atividade que se destacava. Estava distribuído entre as diferentes vilas e povoações, além da Capital, com cinquenta e cinco lojas de fazendas secas e oitenta e oito de molhados e tavernas.<sup>60</sup>

Importava-se gêneros que faltavam na província, como farinha de trigo, carne seca, bacalhau, azeite, vinho, vinagre, sal, queijos, manteiga, sabão, dentre outros. Accioli também coloca os cativos entre as mercadorias importadas. Já a exportação consistia nos gêneros que se produzia em maior abundância. A farinha de mandioca liderava as exportações em 1826 e 1827, com 186 mil e 171 mil alqueires por ano, respectivamente. Em seguida vinha o açúcar, algodão, cachaça, arroz, milho, feijão e manufaturados como traçados, colchas e redes, dentre outros. O café está na última colocação entre os produtos vendidos, com apenas 150 alqueires em cada ano.<sup>61</sup>

A produção de alimentos, como se pode observar, era a principal atividade econômica capixaba, realizada principalmente na Vila de Vitória e regiões circunvizinhas, “com base no

---

<sup>56</sup> OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p.309-313.

<sup>57</sup> VASCONCELLOS, Ignácio Accioli. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978, p.E-verso.

<sup>58</sup> VASCONCELLOS, 1978, p.F-verso

<sup>59</sup> OLIVEIRA, 2008, p.313.

<sup>60</sup> OLIVEIRA, 2008, p.310.

<sup>61</sup> VASCONCELLOS, 1978, p.N-verso-O-verso.

trabalho familiar e dos escravos no plantio de gêneros de subsistência, a produção agrícola dos capixabas acaba por inserir a Capitania como partícipe na economia do sistema colonial mesmo que periféricamente”.<sup>62</sup> Sua exportação se dava, principalmente, pelo Porto de Vitória.<sup>63</sup> Na descrição da região aparece a pobreza das construções destinadas ao comércio e a navegação em pequenas embarcações.<sup>64</sup> A análise de inventários *post mortem* realizadas por Enaile Carvalho, documento realizado apenas por uma pequena parcela da população que possuía condição financeira de executá-lo, revela que a grande maioria das fortunas não passava de um conto e meio de réis, valores muito inferiores aos encontrados na Bahia e Rio de Janeiro.<sup>65</sup>

Já a produção de farinha de mandioca era realizada predominantemente na região norte da província, nas Vilas de São Mateus e Barra de São Mateus.<sup>66</sup> Até a Independência do Brasil essa região era parte da capitania da Bahia, e com isso, havia poucos anos que o extremo norte se incorporava aos limites geográficos capixabas.<sup>67</sup> Segundo Tiago Alves,<sup>68</sup> a produção de gêneros alimentícios implantada em São Mateus estava dentro de um projeto político idealizado pelo Marquês de Pombal para atender as mudanças ocorridas na colônia após a descoberta do ouro nas Minas Gerais e a transferência do porto principal e da capital do Brasil para o Rio de

<sup>62</sup> CARVALHO, Enaile Flausina. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, p.120-121.

<sup>63</sup> RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e Desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012, 34.

<sup>64</sup> CARVALHO, 2008, p.52.

<sup>65</sup> CARVALHO, 2008, p.75-76.

<sup>66</sup> Atualmente o município de Conceição da Barra.

<sup>67</sup> “Recapitulando o histórico da capitania do Espírito Santo no século XVIII, em 1711 ocorre o falecimento do donatário Manuel Garcia Pimentel, com ausência de descendentes. Assumem o capitão-mor e os oficiais da Câmara de Vitória. Em 1715 o Conselho Ultramarino indicou ao soberano a compra da donataria pela Fazenda Real, para se incorporar à coroa, situação que se estendeu até 1811[...] O atual território do norte do Espírito Santo foi considerado como pertencente à capitania da Bahia, sendo a divisa delimitada no rio Doce. O principal objetivo era incorporar a povoação às margens do rio Cricaré, transformá-la em vila, assegurar o controle do território, explorar as riquezas como a madeira, produzir alimentos para o abastecimento interno e controlar o acesso e a navegação do rio.” (ALVES, Tiago de Matos. *Sociedade e economia portuária de São Mateus (1848 1889): A exportação da farinha de mandioca pelas águas “dorminhocas” do rio Cricaré*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2021, p.30-31).

<sup>68</sup> ALVES, Tiago de Matos. *Sociedade e economia portuária de São Mateus (1848 1889): A exportação da farinha de mandioca pelas águas “dorminhocas” do rio Cricaré*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2021, p.41-42.

Janeiro. Dessa forma, era necessário pensar nos produtos para abastecer o mercado interno, daí o incentivo a produção de farinha de mandioca.

A Vila de São Mateus também tinha grande importância para os fluxos comerciais de Vitória. Segundo Rodrigo Goularte,<sup>69</sup> esse era o principal destino das viagens que partiam de Vitória entre 1815-1825. Pelo Porto de São Mateus era exportada praticamente toda a produção de farinha da região. O destino desse alimento era tanto a província do Espírito Santo, especialmente Vitória, quanto os núcleos populacionais do sul da Bahia e a praça mercantil do Rio de Janeiro.<sup>70</sup> Além disso, a produção e exportação de farinha de mandioca de São Mateus compensava as perdas econômicas vinculadas ao desmembramento das Vilas de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, que passaram a ser parte do território do Rio de Janeiro em 1832.<sup>71</sup> Como se pode ver, nas primeiras décadas do Oitocentos a produção de alimentos da Região Central e de farinha de mandioca de São Mateus encabeçavam a produção e exportação econômica capixaba. Cenário que foi modificado nos anos seguintes, com o avanço da produção de açúcar e das lavouras de café, ambas concentradas na região sul da província.

A partir da década de 1830 o Espírito Santo viu florescer a produção de açúcar do sul. Produzido na Vila de Itapemirim, o açúcar abasteceu toda a província capixaba ao longo do Oitocentos, e até meados desse século era o principal produto exportado pela província.<sup>72</sup> O naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, em viagem pelo Espírito Santo em 1818, destaca que, além dos engenhos instalados na região, grande parte dos agricultores destinavam suas lavouras a plantação de cana.<sup>73</sup> Em discurso feito na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 1847, o Presidente da Província do Espírito Santo, Doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, fez o seguinte comentário sobre as lavouras de Itapemirim: “A cultura da canna de assucar [sic.] é também n’este município um dos gêneros principais da cultura que prospera visivelmente”.<sup>74</sup>

<sup>69</sup> GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Portos e Sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América portuguesa (1815-1825)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF. 2015, p.35-37.

<sup>70</sup> ALVES, 2021, p.50-52.

<sup>71</sup> ALVES, 2021, p.59-60.

<sup>72</sup> MACHADO, 2019, p.67.

<sup>73</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Segunda Viagem ao Interior do Brasil*. Espírito Santo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p.53.

<sup>74</sup> ESPÍRITO SANTO. Relatório do presidente da província do Espírito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847, p. 63..

A produção de açúcar do sul capixaba competia com a região de Campos dos Goytacazes, conforme observou o vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos, em 1864.<sup>75</sup> É importante destacar que, o período de instalação das lavouras açucareiras campistas coincide com o período em que a região foi anexada a capitania do Espírito Santo. Em 1752 houve a confirmação da compra da capitania da Paraíba do Sul pela coroa portuguesa e em 1753 a mesma foi incorporada a capitania do Espírito Santo. Assim, permaneceu como território capixaba até 1832,<sup>76</sup> porém, desde 1821, a arrecadação de impostos da região deixara de ser feita aos cofres da província.<sup>77</sup> Segundo João Fragoso e Manolo Florentino, desde o fim do século XVIII até a década de 1830, houve crescimento da atividade açucareira na região,<sup>78</sup> por isso, as lavouras fixadas as margens do rio Paraíba do Sul competiam com as que estavam próximas ao Rio Itapemirim.

Na segunda metade do século XIX, entre 1856 e 1872, houve grande expansão das lavouras de café, também concentradas na região sul capixaba. Enquanto o açúcar era produzido no litoral, o café se expandiu pelas terras do interior da região graças as condições naturais do solo massapê.<sup>79</sup> A lavoura cafeeira assumiu o posto de principal produto cultivado no Espírito Santo, substituindo o açúcar no decorrer do Dezenove.<sup>80</sup> A alta nos preços internacionais e o baixo custo da produção eram a fórmula do sucesso, conforme explanou o presidente da Província, José Fernandes da Costa Pereira Junior em 1861.<sup>81</sup> Foi esse cultivo o responsável pelas grandes mudanças ocorridas no Oitocentos capixaba.

A produção de café, além de dinamizar a economia capixaba, trouxe obras de infraestrutura, principalmente na área dos transportes. Estradas foram construídas em toda

<sup>75</sup> ESPÍRITO SANTO. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Espirito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1o vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos, p. 91.

<sup>76</sup> RIBEIRO, Rafaela Machado. *Caminhos e descaminhos do ouro das minas de Castelo, entre as capitâneas do Espírito Santo e da Paraíba do Sul (1640-1771)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023, p.154.

<sup>77</sup> OLIVEIRA, 2008, p.306.

<sup>78</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.93.*

<sup>79</sup> SALETTO, Nara. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996, p. 35.

<sup>80</sup> MACHADO, 2019, p.33.

<sup>81</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espirito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 87.



província e também houve o incentivo à navegação a vapor. Outra mudança, foi o aumento significativo da na receita provincial.<sup>82</sup> Porém, sua produção era bastante tímida quando comparada as outras províncias cafeeiras da época (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). As fazendas ocupavam grandes áreas de terra, porém uma pequena parte se destinava a produção do grão.<sup>83</sup> Outro problema se relacionava ao transporte da produção, o que elevava os custos da mesma.<sup>84</sup>

A região sul capixaba cindiu-se em duas regiões. No município de Itapemirim, localizado no litoral, o cultivo de cana de açúcar continuou sendo a principal atividade econômica. Já no interior, além da transformação causada pelas lavouras de café, a criação do município de Cachoeiro de Itapemirim em 1864, concentrou a produção cafeeira capixaba.<sup>85</sup> Ambas as produções eram exportadas pelo Porto da Vila de Itapemirim, localizado no litoral, região da província mais próxima da Corte. Essa posição conferia destaque à localidade, que acabava por se transformar em um importante entreposto de produtos agrícolas para o Rio de Janeiro.<sup>86</sup> Conclui-se que na região sul desenvolveram-se “as atividades econômicas variadas e o uso do rio Itapemirim para o escoamento por meio de cabotagem para outras regiões, como Rio de Janeiro, Campos e Vitória”,<sup>87</sup> através do porto regional.

Ao que se percebe, a província do Espírito Santo era dividida em três regiões distintas, sendo que cada uma delas destinava-se a um tipo de produção econômica: o Centro destinava-se ao cultivo e exportação de alimentos; o Norte tinha economia voltada a fabricação e exportação de farinha de mandioca; enquanto o Sul produzia e exportava açúcar e café. O cultivo de alimentos e a produção de farinha eram destinadas a abastecer o mercado interno provincial e de regiões vizinhas (Rio de Janeiro e Bahia), enquanto o açúcar e o café tinham o mercado internacional como destino final. Além disso, pelo transporte de cabotagem era que

<sup>82</sup> BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980)*. Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987, p. 76, 82,78.

<sup>83</sup> ALMADA, 1984. p. 54-56.

<sup>84</sup> ROCHA, COSSETTI, 1983. p. 24.

<sup>85</sup> ROCHA, COSSETTI, 1983, p.35.

<sup>86</sup> MACHADO, 2019, p.68.

<sup>87</sup> MACHADO, Lucas da Silva. *No caminho das águas: a trajetória histórica da Vila de Itapemirim e de seu porto (1800-1850)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2021, p.95.

toda essa mercadoria escoava dos principais portos capixabas, Vitória, São Mateus e Itapemirim.

A população capixaba ao longo do Oitocentos será analisada na tabela 5. Como já dito, as mudanças econômicas ocorridas na província significaram mudanças importantes na população livre e cativa das três regiões espírito-santenses.

**TABELA 5: Comparativo entre a População Livre e Cativa das Regiões Capixabas (1824-1872)**

Ano	Centro				Norte				Sul			
	Livres	Cativos		Total	Livres	Cativos		Total	Livres	Cativos		Total
		N	%			N	%			N	%	
1824	13.953	7.357	34,52	21.310	3.145	2.700	46,19	5.845	5.071	3.127	38,14	8.198
1827	14.915	7.296	32,84	22.212	3.859	3.029	43,97	6.888	4.201	2.579	38,03	6.780
1839	10.048	4.963	33,06	15.011	2.885	1.687	36,89	4.572	3.914	2.583	39,75	6.497
1843*	13.070	5.425	29,33	18.495	2.362	1.884	44,37	4.246	5.690	3.117	35,39	8.807
1856	18.135	5.388	22,90	23.523	7.154	2.500	25,89	9.654	11.504	4.212	26,80	15.716
1861	17.072	6.859	28,66	23.931	7.739	2.639	25,42	10.378	13.239	8.731	39,74	21.970
1870	23.279	6.145	20,88	29.424	8.791	2.949	25,11	11.740	18.755	9.666	34,01	28.421
1872	23.570	7.379	23,84	30.949	11.072	3.451	23,76	14.523	24.836	11.829	32,26	36.665

Fonte: 1824 e 1827: VASCONCELLOS, 1828; 1827 e 1839: Fala do Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito, 1839, p. 18; 1839: LAGO, 2013, p. 39; 1843: Fala do Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 1844, p. 16; 1856: Relatório do Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, 1857, p. A-5, A-6, A-7; Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros, 1857, p. 9 e 10; 1861: Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, José Fernandes da Costa Pereira Junior, 1862, p. 62-63; 1870: Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa, 1871, p. 137-140. 1872: Recenseamento Imperial de 1872.

\*A população de Barra de São Mateus só aparece o valor total de habitantes, sem especificar número de cativos e livres.

*Freguesias em 1824 e 1827:* Centro: Vitória, Espírito Santo, Viana, Serra e Nova Almeida; Norte: Linhares e São Mateus; Sul: Itapemirim, Benevente e Guarapari.

*Vilas em 1839 e 1843:* Centro: Vitória, Espírito Santo, Serra e Nova Almeida; Norte: Linhares, Barra de São Mateus e São Mateus; Sul: Itapemirim, Benevente e Guarapari.

*Distritos em 1856:* Centro: Vitória, Cariacica, Viana, Mangarahy, Carapina, Espírito Santo, Serra, Nova Almeida e Queimado; Norte: Linhares, Santa Cruz, Barra de São Mateus e São Mateus; Sul: Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Itabapoana, Benevente, Guarapari e Piuma.

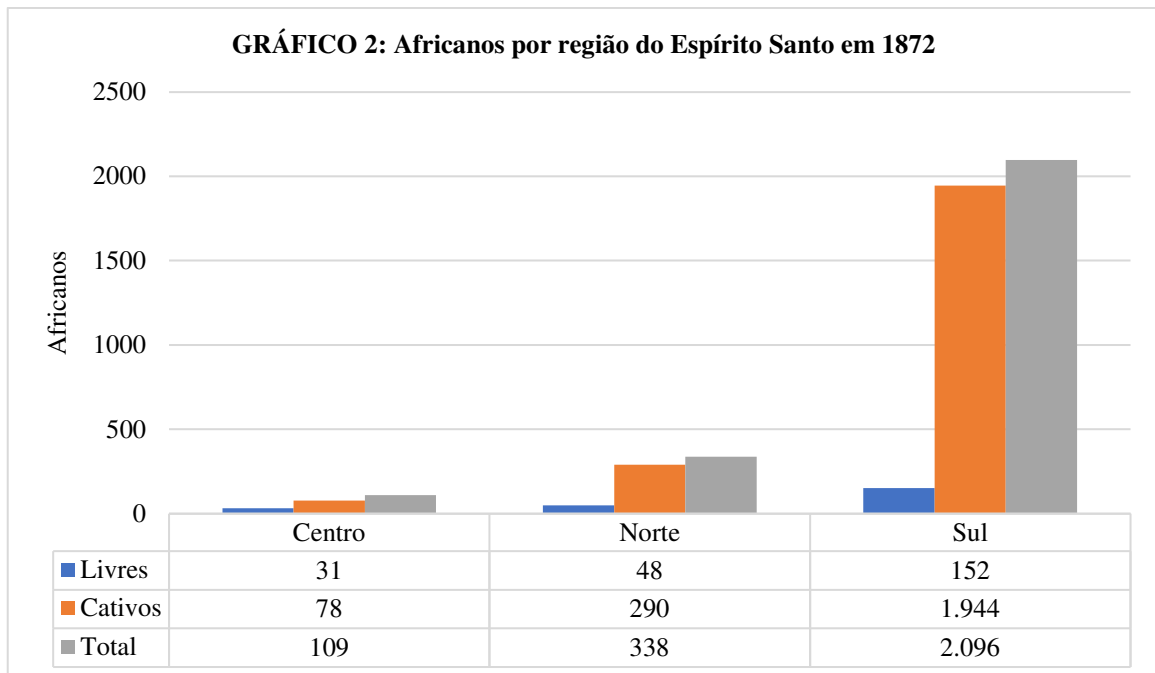
*Freguesias em 1861:* Centro: Vitória, Cariacica, Viana, Mangarahy, Carapina, Espírito Santo, Serra, Nova Almeida, Queimado, Santa Izabel e Rio Pardo; Norte: Linhares, Santa Cruz, Itaúnas, Barra de São Mateus e São Mateus; Sul: Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui, Benevente e Guarapari.

*Municípios em 1870 e 1872:* Centro: Vitória, Espírito Santo, Viana, Serra e Nova Almeida; Norte: Linhares, Santa Cruz, Barra de São Mateus e São Mateus; Sul: Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Benevente e Guarapari.

Algumas análises importantes podem ser feitas a partir da tabela 5. Primeiramente, existe uma diferença entre a concentração de cativos, tanto em números absolutos, quanto em valores percentuais, da primeira para a segunda metade do século XIX. Até 1856, a região Central concentrava a maioria dos cativos da província em números absolutos, enquanto a região Norte apresentou valores percentuais maiores até 1843, com exceção do ano de 1839. A partir de 1856, a região Sul passa a concentrar mais escravizados em valores percentuais e, após 1861, também lidera em números absolutos.

Outro dado importante, que pode ser observado nas fontes, refere-se a concentração de escravizados por municípios. Em todos os anos apresentados na tabela, os municípios que concentravam a maioria dos cativos foram: Vitória, na região Central; São Mateus, na região Norte; Itapemirim, até 1861, e Cachoeiro de Itapemirim, nos anos finais, estes dois últimos na região Sul. Percebe-se que as atividades econômicas realizadas nas regiões era fator primordial para concentração de cativos.

Compreendida a divisão da província por regiões, fator determinante para se entender a concentração de cativos (crioulos e africanos) em determinadas localidades, também é importante analisar os africanos capixabas por regiões da província. O gráfico 2 apresenta esses valores.



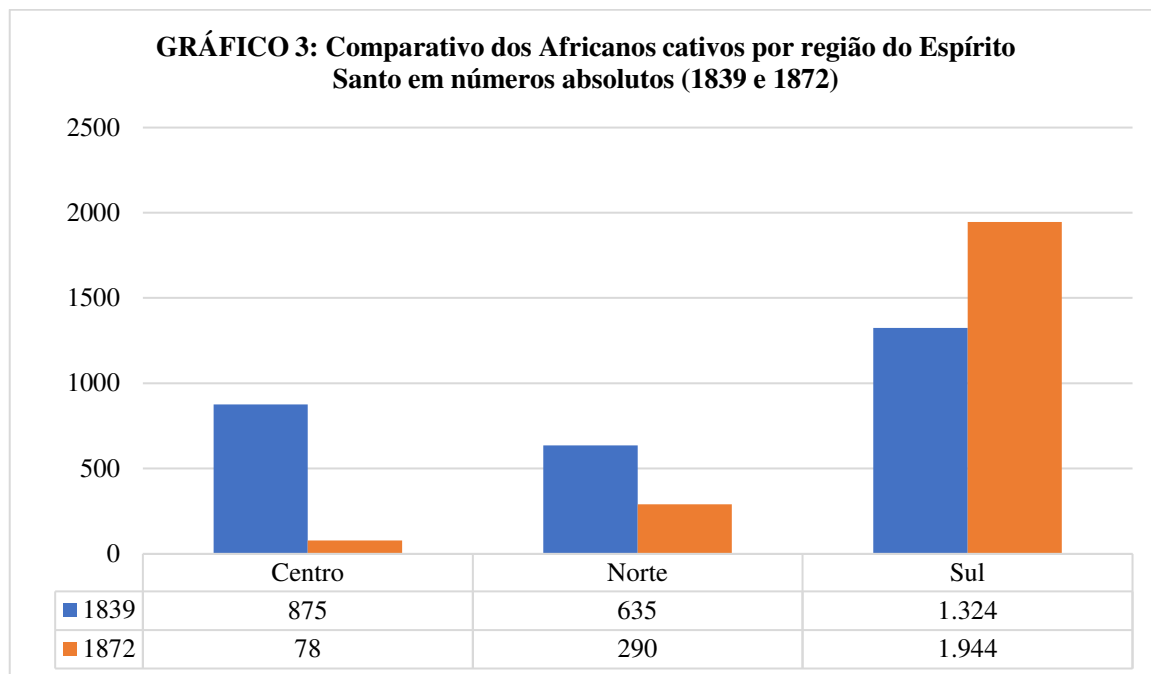
Fonte: Recenseamento Imperial de 1872.

O sul capixaba concentrava 82,4% dos africanos residentes no Espírito Santo nesse ano, sendo 92,7% de cativos e 7,3% de africanos livres. A população central da província era formada por 4,3% de africanos, enquanto no norte, o percentual era correspondiam a 3% dos habitantes.

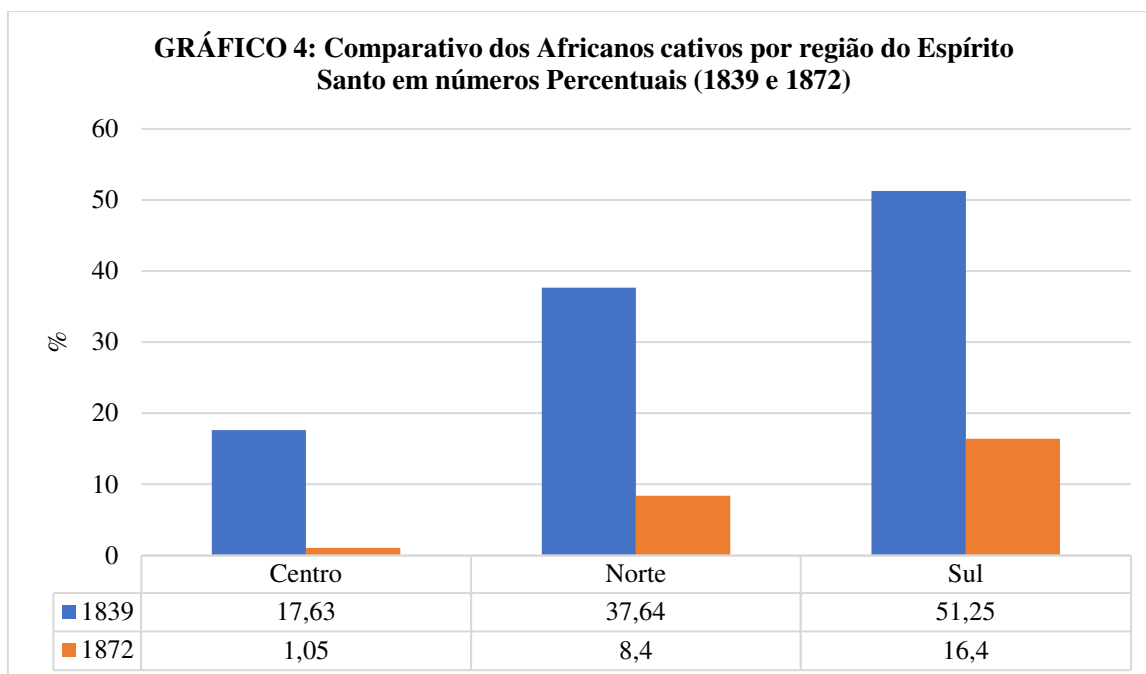
Por fim, o Recenseamento traz os africanos divididos por gênero e estado civil. Entre os cativos eram 1.288 homens e 974 mulheres. Já entre os livres, 158 eram homens e 73 mulheres. A maioria eram solteiros, – 1.075 homens cativos; 80 homens livres; 766 mulheres cativas; 33 mulheres livres – poucos casados – 166 homens cativos; 49 homens livres; 167 mulheres cativas; 28 mulheres livres – e viúvos – 47 homens cativos; 29 homens livres; 41 mulheres cativas; 12 mulheres livres.

Ao comparar a quantidade de cativos africanos nas três regiões capixabas em 1839 e 1872, pode-se observar alguns fatores muito relevantes. Nas regiões Central e Norte a quantidade de africanos foi reduzida, tanto em números absolutos quanto em percentual livres/cativos. Já na região Sul, o número de africanos aumentou em valores absolutos, conforme apresentam os gráficos 3 e 4. O aumento no número de africanos entre os cativos da

região Sul após 22 anos da proibição do tráfico são indícios que reforçam as suspeitas de permanência do tráfico na região.



Fonte: LAGO, 2013, p. 39. Recenseamento Imperial de 1872.



Fonte: LAGO, 2013, p. 39. Recenseamento Imperial de 1872.

## OS AFRICANOS LIBERTOS E LIVRES DA PROVÍNCIA CAPIXABA E DA REGIÃO SUL

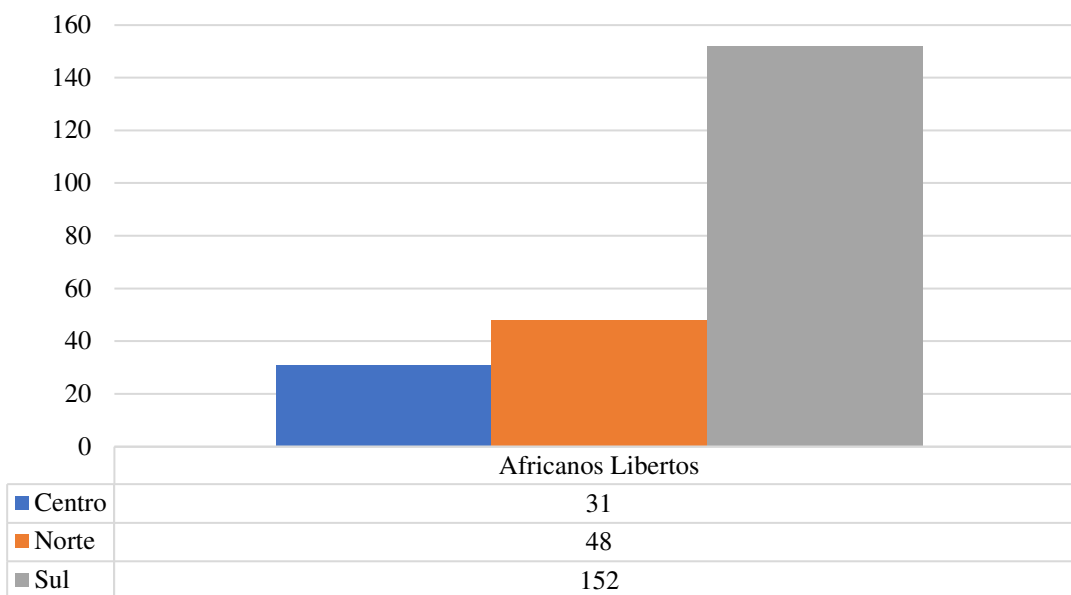
Dos documentos censitários realizados no Espírito Santo ao longo do Oitocentos, apenas o Censo de 1872 é possível observar os africanos libertos da província. Supõem-se que estes africanos que aparecem em 1872 eram cativos alforriados, apesar de não haver nenhuma prova de que eles haviam sido escravizados em outros tempos. Porém, como na divisão dos estrangeiros realizada no Censo de 1872, os africanos foram colocados como um povo só, sem separação de nação, e divididos entre livres e cativos, deduz-se que eles eram cativos que alcançaram sua alforria.<sup>88</sup>

Em 1872 havia no Espírito Santo 4.191 estrangeiros. Muitos vindos de Portugal, Alemanha, Estados Unidos, Suíça, outros países europeus e os africanos. Destes, 2.312 (55%) eram africanos escravizados. A soma total dos estrangeiros residentes nas terras do sul capixabas era 1.879, sendo 231 (12%) de africanos considerados livres. Desses, 158 eram homens (68%) e 73 eram mulheres (32%). Entre os homens, 80 eram solteiros (51%), 49 casados (31%) e 29 eram viúvos (18%). Já entre as mulheres, 33 eram casadas (45%), 28 solteiras (38%) e 12 viúvas (17%).

Em 1872, esses africanos livres estavam espalhados por várias regiões capixabas e era na Região Sul que habitava a maior parte dessa população. A Região Central abrigava 31 africanos libertos (13%), enquanto no Norte esse número era 48 (21%) e no Sul 152 (66%). Quando analisada por municípios da Região Sul, essa população é encontrada em maior quantidade em Cachoeiro de Itapemirim (67 – 44%), seguido de Itapemirim (41 – 27%), Benevente (40 – 26%) e Guarapari (4 – 3%). Já em uma análise por freguesias, a maior concentração se dá em Itapemirim (41 – 27%), Benevente (40 – 26%), São Pedro do Itabapoana (19 – 12%) Cachoeiro (13 – 8%), Rio Pardo (11 – 7%), Alegre (10 – 6%), Veado (7 – 5%), Aldeamento Afonsino (7 – 5%) e Guarapari (4 – 4%).

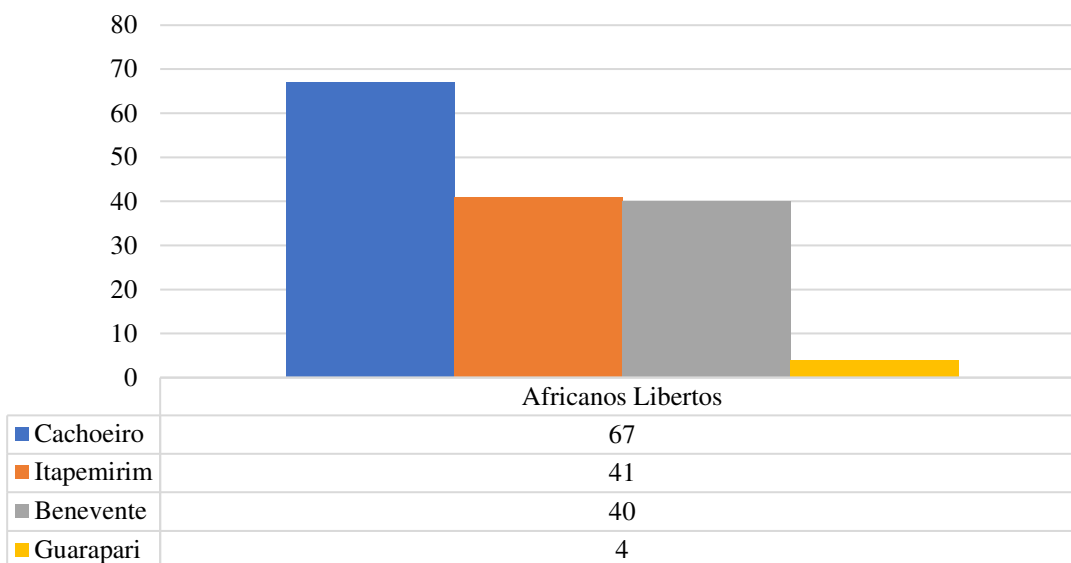
<sup>88</sup> BISSIGO, 2017, p.74.

**GRÁFICO 5: Divisão da População de Africanos Libertos por região em 1872**



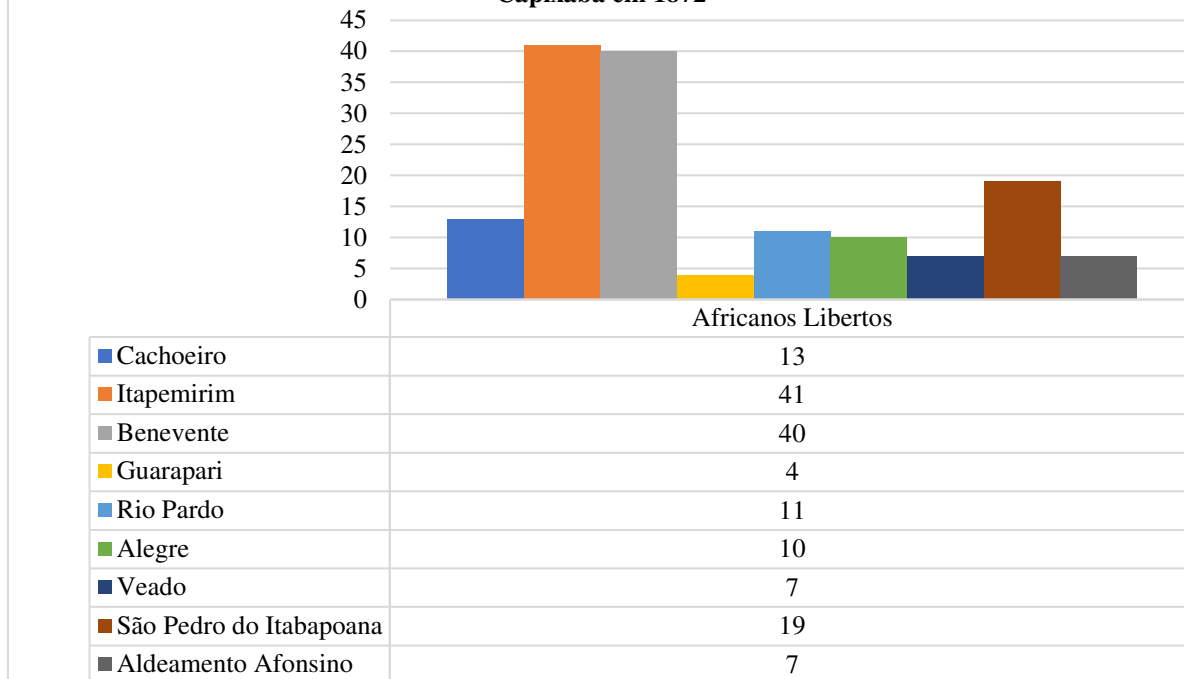
Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

**GRÁFICO 6: Divisão da População de Africanos Libertos por Município do Sul Capixaba em 1872**



Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.



**GRÁFICO 7: Divisão da População de Africanos Libertos por Freguesia do Sul Capixaba em 1872**

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

As análises possíveis nesse documento são em relação a divisão sexual e estado civil. Dos 152 africanos livres residentes na Região Sul, 107 era homens (70%) e 45 mulheres (30%). Quanto ao estado civil, 55 eram casados (36% - 38 homens e 17 mulheres), 82 solteiros (54% - 58 homens e 24 mulheres) e 15 viúvos (10% - 11 homens e 04 mulheres). A tabela 6 apresenta essas informações por freguesia.

**TABELA 6: Divisão Sexual e por Estado Civil dos Africanos Livres em 1872**

Freguesia	Casados				Solteiros				Viúvos				Total
	H	%	M	%	H	%	M	%	H	%	M	%	
Guarapari	-	-	-	-	01	25	03	75	-	-	-	-	04
Benevente	14	35	05	12	08	20	07	18	05	12	01	03	40
Cachoeiro	03	23	-	-	06	46	03	23	01	08	-	-	13
Rio Pardo	03	27	01	10	04	36	03	27	-	-	-	-	11
Alegre	-	-	-	-	10	100	-	-	-	-	-	-	10
Veado	03	43	-	-	02	29	01	14	01	14	-	-	07
São Pedro de Itabapoana	03	16	01	05	06	32	03	16	04	21	02	10	19
Aldeamento Afonsino	01	14	-	-	06	86	-	-	-	-	-	-	07
Itapemirim	11	27	10	24	15	37	04	10	-	-	01	2	41

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser sabido por todos que o Brasil recebeu milhares de africanos ao longo dos quatro séculos de escravidão, os abismos existentes para se entender a história dos mesmos são enormes. O único documento oficial que rastreia essa população foi produzido apenas no fim do período imperial. O Censo de 1872 traz revelações importantes sobre os africanos residentes no Brasil, mas deixa muitas outras dúvidas e lacunas em suas inúmeras planilhas.

Decerto, o trabalho aqui apresentado demonstrou que, muitos desses africanos estavam em solo capixaba. Ainda que a população fosse pequena na província do Espírito Santo, a dependência africana estava atrás apenas da província fluminense. Como o trabalho demonstrou, em números proporcionais a província espírito-santense possuía o segundo maior quantitativo de africanos cativos dentro do país. Vale destacar que, grande parte dos africanos residentes no Brasil chegaram através do Porto do Rio de Janeiro. Outros, porém, adentraram após a proibição do tráfico internacional, muitos desses desembarcando em praias capixabas. Dentre as regiões do Espírito Santo que concentravam africanos o sul capixaba, com economia voltada para a exportação – produção de açúcar e lavouras de café.

O Censo de 1872 é um documento importantíssimo nas pesquisas sobre a escravidão brasileira, mas pouco explorado por pesquisadores dessa área. Por ele é possível encontrar características marcantes dos cativos espalhados em várias regiões brasileiras, além de ser o único levantamento populacional que abrange todo o Brasil, seja no período colonial, seja no período imperial.

## ANEXOS: PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1850)



Fonte: ADAM, J. de Villiers de L'Île. *Carta Topográfica e Administrativa da Província do Espírito Santo*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Brasil, 1850.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em [http://ddsnext.crl.edu/titles/167/search?terms=espírito%20santo&order=item\\_publication\\_date\\_raw&sort=asc&page=1](http://ddsnext.crl.edu/titles/167/search?terms=espírito%20santo&order=item_publication_date_raw&sort=asc&page=1). Acesso em 09 de março de 2024.

IBGE. Legislação básica dos recenseamentos de 1872 e 1890. Documentos Censitários, série A – Número 1. Rio de Janeiro, IBGE, 1951.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

### OBRAS GERAIS

ALMADA, Vilma P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ALVES, Tiago de Matos. *Sociedade e economia portuária de São Mateus (1848-1889): A exportação da farinha de mandioca pelas águas “dorminhocas” do rio Cricaré*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2021.

BETTHEL, Leslie. *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1976.

BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980)*. Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

BISSIGO, Diego Nones. O Lugar dos Africanos na Estatística Brasileira do Século XIX. In.: *Afro-Ásia*, Salvador, n.56, 2017, p.41-81.

BOTELHO, Tarcisio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. In.: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, 2005, v. 17, n. 1, p. 321-341.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. In.: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 4, n. 3, p. 361-385, set.-dez. 2009.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. *História Unisinos*, vol. 22, núm. 3, 2018, Setembro-Outubro, p. 414-428. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil.

CAMPOS, A. P. e MERLO, P. M. S. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. TOPOI, v. 6, n. 11, 2005, p. 327-361.

CAMPOS, A. P. *Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.;

CAMPOS, A. P. *Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815*. In: FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.

CARVALHO, Enaile Flausina. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790/-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

DADALTO, Maria Cristina; DOTA, Ednelson Mariano. Ciclos econômicos e migração no Espírito Santo do século XIX ao XXI: novos contextos, velhos condicionantes. *Revista Ágora*, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 1-26, 2023. DOI: 10.47456/e-2023340304. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/40175>. Acesso em: 8 mar. 2024.

FLORENTINO, Manolo. Aspectos sociodemográficos da presença dos escravos Moçambique no Rio de Janeiro (1790-1850). In.: FRAGOSO, João, et al (org.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES, 2014.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.*

GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Portos e Sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América portuguesa (1815-1825)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF. 2015.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 - c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

LOVEMAN, Mara. The race to progress: census taking and nation making in Brazil (1870-1920). *Hispanic american historical review*, v. 89, n. 3, p. 435-470, agosto 2009.

MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da Escravidão em Itapemirim: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.

MACHADO, Lucas da Silva. *No caminho das águas: a trajetória histórica da Vila de Itapemirim e de seu porto (1800-1850)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2021.

MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MERLO, P. *O Nó e o Ninho*. Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Vitória: EDUFES, 2018.

OLIVEIRA, Jane Souto. “Brasil mostra a tua cara”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: *Escola Nacional de Ciências Estatísticas*, 2003.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PEREIRA, Walter Luiz C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: SC, 15-18 de Maio de 2013, p.4. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e Desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RIBEIRO, Rafaela Machado. *Caminhos e descaminhos do ouro das minas de Castelo, entre as capitânicas do Espírito Santo e da Paraíba do Sul (1640-1771)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

ROCHA, Haroldo Corrêa.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

SALETTTO, Nara. Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930). Vitória: EDUFES, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. Censo de 1872. In.: VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Recebido em: 07/06/2024 – Aprovado em: 20/10/2024